



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
INSTITUTO UFC VIRTUAL
CURSO SEMIPRESENCIAL DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA SOUZA

**GESTÃO DE RESÍDUOS NO SERVIÇO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO DO AMARANTE-CE**

SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE

2014

ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA SOUZA

GESTÃO DE RESÍDUOS NO SERVIÇO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO DO AMARANTE-CE

Artigo científico apresentado ao Curso Semipresencial de Graduação em Administração em Gestão Pública, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo/Instituto UFC Virtual da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração em Gestão Pública.

Orientadora: Pofa. Ms. Maria Veirislene Lavor Sousa –
UFC Virtual

SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE

2014

MARIA EVELINE MARQUES LEITE

EVOLUÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTANCIA: OS DESAFIOS
DA UAB DE RUSSAS, CE.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à Coordenação do Curso Semipresencial de Graduação em Administração em Gestão Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Administração em Gestão Pública, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho do TCC é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ms. Maria Veirislene Lavor Sousa – UFC Virtual
Orientadora

Profª. Ms. Eliete Meireles de Oliveira – UFC Virtual
Membro da banca examinadora

Profª. Ms. Nancy Fernandes Matias - UFC
Coordenadora do Curso Semipresencial em Administração em Gestão Pública

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a gestão de resíduos no serviço de saúde do município de São Gonçalo do Amarante, os impactos causados no meio ambiente e verificar os riscos do manejo incorreto de resíduos no serviço de saúde, apresentando assim, a importância ambiental do gerenciamento desses resíduos. Para isso, será realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, pois serão utilizadas pesquisas em artigos científicos, revistas e internet. Também serão feitas entrevistas aos profissionais da saúde e do transporte que lidam com os resíduos dos serviços de saúde do município. A primeira seção apresenta a introdução; a segunda seção mostra a revisão de literatura com a definição de resíduos hospitalares e resíduos sólidos, a classificação e o gerenciamento dos resíduos do serviço de saúde; a terceira seção expõe a metodologia com a caracterização da pesquisa e os procedimentos de coleta e análise dos dados; a quarta seção refere-se aos resultados da pesquisa; a quinta seção traz a conclusão da pesquisa realizada e; finalmente às referências bibliográficas. Desta forma, este trabalho busca contribuir para a avaliação e a realização de melhorias na gestão de resíduos no serviço de saúde do município.

Palavras-chaves: Gestão de Resíduos no Serviço de Saúde; Resíduos no Serviço de Saúde; Meio Ambiente.

ABSTRACT

The present study aims to investigate waste management in the health service in the municipality of São Gonçalo do Amarante, the impacts on the environment and check the risks of incorrect waste management in the health service, thus presenting the importance of environmental management these residues. For this documentary and bibliographic research will be performed, as will be used in scientific research, magazines and internet articles. Interviews will also be made to health professionals and Transport dealing with the waste of health services in the municipality. The first section provides the introduction, the second section provides a literature review with the definition of hospital waste and solid waste, the waste classification of the health service and waste management of the health service. The third section shows the methodology to characterize the research and procedures for collecting and analyzing data. The fourth section is the search results, in the fifth section the completion of the survey, and the last references. Thus this work will contribute to evaluation and making improvements in waste management in the health department of the municipality.

Keywords: Waste Management in the Health Service; Waste in Health Service; Environment.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente a cada dia tem sido pauta de grandes discussões. Os resíduos sólidos dos serviços de saúde se inserem dentro dessa problemática e vêm assumindo grande importância nos últimos anos. Estes resíduos merecem uma atenção especial, em decorrência dos riscos graves e imediatos que podem oferecer.

Atualmente as práticas de gestão e o apoio da legislação vigente atuam no intuito de diminuir as saídas e dar uma destinação correta aos resíduos gerados nos hospitais. Dependendo do tipo residual hospitalar, podem-se determinar diferentes maneiras no tratamento.

O presente trabalho pretende investigar a gestão de resíduos no serviço de saúde do município de São Gonçalo do Amarante, os impactos causados no meio ambiente e verificar os riscos do manejo incorreto de resíduos no serviço de saúde, apresentando assim, a importância ambiental do gerenciamento desses resíduos.

Diante disso, este trabalho busca contribuir para a avaliação e a realização de melhorias na gestão de resíduos no serviço de saúde do município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Silva (2009), a Gestão do Meio Ambiente "não se trata apenas de considerar a preservação dos recursos ambientais, mas também de assegurar condições de vida digna à população, propiciando que parcelas da sociedade não sejam excluídas do processo de desenvolvimento das cidades".

Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) são resíduos gerados por prestadores de assistência médica, odontológica, laboratorial, farmacêutica e instituições de ensino e pesquisa médica relacionada tanto à população humana quanto à veterinária. (Silva, C.E.; Hoppe, A.E.)

Os RSS, apesar de representarem uma pequena parcela em relação ao total de resíduos gerados em uma comunidade, são fontes potenciais de propagação de doenças e apresentam um risco adicional aos trabalhadores dos serviços de saúde e a comunidade em geral, quando gerenciados de forma inadequada. (Silva, C.E.; Hoppe, A.E., 2005)

Para Brasil (2001), os RSS são comumente associados à denominação "Lixo Hospitalar", e representam uma fonte de riscos à saúde e ao meio ambiente, devido principalmente à falta de adoção de procedimentos técnicos adequados no manejo das

diferentes frações sólidas e líquidas geradas como materiais biológicos contaminados, objetos perfurocortantes, peças anatômicas, substâncias tóxicas, inflamáveis e radioativas.

O lixo hospitalar se configura como um problema de difícil solução, uma vez que a sua produção é intermitente e pelo desconhecimento do tratamento apropriado que não envolva a poluição e o despejo em locais inadequados (DEMPSEY; OPPELT, 1987).

De acordo com o Decreto-Lei nº. 239, de 9 de setembro de 1997, os resíduos hospitalares estão sujeitos à gestão de resíduos, sendo sujeitos às seguintes regras: prestar cuidados de saúde, incluir as atividades médicas de diagnóstico, tratar e prevenir doenças em seres humanos ou animais.

A gestão de resíduos, de acordo com o decreto, é entendida como as operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo a monitorização dos locais de descarga após o encerramento das respectivas instalações, bem como, o planeamento dessas operações, sendo atribuídas as responsabilidades dessa gestão aos produtores, designadamente às unidades de saúde, as quais são possibilitadas através da realização de acordo com autarquias ou com empresas devidamente autorizadas.

A Resolução RDC n.º 33, de 25 de fevereiro de 2003, da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determina que programas de capacitação junto ao setor de recursos humanos devem fazer parte do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS). As pessoas envolvidas no gerenciamento dos resíduos devem ser capacitadas na ocasião de sua admissão e mantidas sob treinamento periódico.

Soares (1995) cita que os riscos epidemiológicos atribuídos aos resíduos hospitalares geram atualmente inúmeras discussões entre especialistas em doenças infecciosas e parasitárias, epidemiologistas, engenheiros sanitaristas, bacteriologistas, empresários da indústria nacional e internacional e membros da comunidade jornalística.

O lixo contaminado deve sofrer procedimento de incineração em locais determinados pelos órgãos reguladores do sistema de saúde, tendo como exigência a certificação ou acreditação do processo pelo Ministério da Saúde. Ademais, o lixo hospitalar precisa passar por procedimentos dessa natureza, uma vez que suas características epidemiológicas podem desencadear surtos de doenças que poderiam ser controladas por medidas profiláticas de manejo e tratamento do lixo (BRILHANTE; CALDAS, 1999).

A ANVISA estabeleceu regras nacionais sobre acondicionamento e tratamento do lixo hospitalar gerado, da origem ao destino (aterramento, radiação e incineração) atingindo hospitais, clínicas, consultórios, laboratórios, necrotérios e outros estabelecimentos de saúde. O objetivo da medida é evitar danos ao meio ambiente e prevenir acidentes que atinjam profissionais que trabalham diretamente nos processos de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação desses resíduos.

Os resíduos perigosos são temas da Resolução RDC n.º 33, de 25 de fevereiro de 2003, que, antes de aprovada, foi discutida com representantes de todos os setores envolvidos, como meio ambiente, limpeza urbana, indústria farmacêutica, associações e sociedades de especialidades médicas, dentre outros.

De acordo com a referida Resolução, os resíduos serão classificados como:

- Grupo A (potencialmente infectantes) - que tenham presença de agentes biológicos que apresentem risco de infecção, como bolsas de sangue contaminado;
- Grupo B (químicos) - que contenham substâncias químicas capazes de causar risco à saúde ou ao meio ambiente, independente de suas características inflamáveis, de corrosividade, reatividade e toxicidade. Por exemplo, medicamentos para tratamento de câncer, reagentes para laboratório e substâncias para revelação de filmes de Raio-X;
- Grupo C (rejeitos radioativos) - materiais que contenham radioatividade em carga acima do padrão e que não possa ser reutilizado, como exames de medicina nuclear;
- Grupo D (resíduos comuns) - qualquer lixo que não tenha sido contaminado ou possa provocar acidentes, como gesso, luvas, gazes, materiais passíveis de reciclagem e papéis;
- Grupo E (perfurocortantes) - objetos e instrumentos que possam furar ou cortar, como lâminas, bisturis, agulhas e ampolas de vidro.

Os resíduos do serviço de saúde ocupam um lugar de destaque, pois merecem atenção especial em todas as suas fases de manejo (segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final) em decorrência dos imediatos e graves riscos que podem oferecer, por apresentarem componentes químicos, biológicos e radioativos.

Conforme a Resolução da Diretoria Colegiada, da ANVISA - RDC Nº 306, de 7 de dezembro de 2004, o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS) é constituído por um conjunto de procedimentos de gestão. Estes procedimentos são planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos de serviços de saúde e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

O gerenciamento inicia pelo planejamento dos recursos físicos e dos recursos materiais necessários, culminando na capacitação dos recursos humanos envolvidos.

O manejo dos resíduos de serviços de saúde é o conjunto de ações voltadas ao gerenciamento dos resíduos gerados. Deve focar os aspectos intra e extra-estabelecimento, indo desde a geração até a disposição final, incluindo as seguintes etapas:

- *Segregação*: Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos.

- *Acondicionamento*: Consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo. Os resíduos sólidos devem ser acondicionados em sacos impermeáveis resistentes à ruptura e vazamento, de acordo com a NBR 9191:2000 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Deve ser respeitado o limite de peso de cada saco, além de ser proibido o seu esvaziamento ou reaproveitamento. Os sacos devem ser colocados em coletores de material lavável, resistentes ao processo de descontaminação utilizado pelo laboratório, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual e possuir cantos arredondados. Os resíduos perfurocortantes devem ser acondicionados em recipientes resistentes à punctura, ruptura e vazamento e ao processo de descontaminação utilizado pelo laboratório.

- *Identificação*: Esta etapa do manejo dos resíduos permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo dos RSS. Os sacos de acondicionamento, os recipientes de coleta interna e externa, os recipientes de transporte interno e externo e os locais de armazenamento devem ser identificados de tal forma a permitir fácil visualização, de forma indelével, utilizando-se símbolos, cores e frases, atendendo aos parâmetros referendados na norma NBR 7500 da ABNT, além de outras exigências relacionadas à identificação de conteúdo e ao risco específico de cada grupo de resíduos. O Grupo A de resíduos é identificado pelo símbolo internacional de risco biológico, com rótulos de fundo branco, desenho e contornos pretos. O Grupo B é identificado através do símbolo de risco associado, de acordo com a referida NBR e com discriminação de substância química e frases de risco. O Grupo C é representado pelo símbolo internacional de presença de radiação ionizante (trifólio de cor magenta) em rótulos de fundo amarelo e

contornos pretos, acrescido da expressão “Rejeito Radioativo”. O Grupo E possui a inscrição de RESÍDUO PERFUROCORTANTE, indicando o risco que apresenta o resíduo.

- *Transporte Interno:* Esta etapa consiste no traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta. O transporte interno de resíduos deve ser realizado atendendo roteiro previamente definido e em horários não coincidentes com a distribuição de roupas, alimentos e medicamentos, períodos de visita ou de maior fluxo de pessoas ou de atividades. Deve ser feito separadamente de acordo com o grupo de resíduos e em recipientes específicos a cada grupo de resíduos. Os carros para transporte interno devem ser constituídos de material rígido, lavável, impermeável, resistente ao processo de descontaminação determinado pelo laboratório, provido de tampa articulada ao próprio corpo do equipamento, cantos e bordas arredondados, e identificados com o símbolo correspondente ao risco do resíduo neles contidos. Devem ser providos de rodas revestidas de material que reduza o ruído. Os recipientes com mais de 400 litros de capacidade devem possuir válvula de dreno no fundo. O uso de recipientes desprovidos de rodas deve observar os limites de carga permitidos para o transporte pelos trabalhadores, conforme normas reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

- *Armazenamento Temporário:* Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento e otimizar o deslocamento entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa. Não pode ser feito armazenamento temporário com disposição direta dos sacos sobre o piso, sendo obrigatória a conservação dos sacos em recipientes de acondicionamento. O armazenamento temporário pode ser dispensado nos casos em que a distância entre o ponto de geração e o armazenamento externo assim o justifique. A área destinada à guarda dos carros de transporte interno de resíduos deve ter pisos e paredes lisas, laváveis e resistentes ao processo de descontaminação utilizado. O piso deve, ainda, ser resistente ao tráfego dos carros coletores. Deve possuir ponto de iluminação artificial e área suficiente para armazenar, no mínimo, dois carros coletores, para traslado posterior até a área de armazenamento externo. Quando a sala for exclusiva para o armazenamento de resíduos, deve estar identificada como “Sala de Resíduos”. Não é permitida a retirada dos sacos de resíduos de dentro dos recipientes ali estacionados. Os resíduos de fácil putrefação que venham a ser coletados por período superior a 24 horas de seu armazenamento devem ser conservados sob refrigeração, e quando não for possível, for

submetido a outro método de conservação. O armazenamento de resíduos químicos deve atender à NBR 12235:1992 da ABNT.

- *Tratamento:* O tratamento preliminar consiste na descontaminação dos resíduos (desinfecção ou esterilização) por meios físicos ou químicos, realizado em condições de segurança e eficácia comprovada, no local de geração, a fim de modificar as características químicas, físicas ou biológicas dos resíduos e promover a redução, a eliminação ou a neutralização dos agentes nocivos à saúde humana, animal e ao ambiente. Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente. O processo de esterilização por vapor úmido, ou seja, autoclavação, não possui licenciamento ambiental. A eficácia do processo deve ser feita através de controles químicos e biológicos, periódicos, e devem ser registrados. Os sistemas de tratamento térmico por incineração devem obedecer ao estabelecido na Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002.

- *Armazenamento Externo:* Consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores. Neste local não é permitido a manutenção dos sacos de resíduos fora dos recipientes ali estacionados.

- *Coleta e Transporte Externos:* Consistem na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana. A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com a NBR 12810:1993 e a NBR 14652:2013 da ABNT.

- *Disposição Final:* Consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

O gerenciamento correto dos resíduos sólidos gerados em instituições de saúde não é só controlar e diminuir os riscos, mas também alcançar a minimização dos resíduos desde o

ponto de origem, que elevaria também a qualidade e a eficiência dos serviços que proporciona o estabelecimento de saúde (BRASIL, 1993).

3 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo esperado a metodologia utilizada para realização deste estudo quanto ao procedimento será uma pesquisa documental e bibliográfica, pois serão utilizadas pesquisa em artigos científicos, revistas e internet.

De acordo com Gil (1999) a pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos mimeografados ou xerocopiados, mapas, fotos, manuscritos, etc. e tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema.

Segundo Pádua (1997, p.62):

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Quanto a sua natureza, os dados serão coletados pelo método qualitativo através de uma entrevista com os funcionários dos postos de saúde do município e do gestor da empresa responsável pela coleta.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Na realização da entrevista com os profissionais dos postos de saúde do município de São Gonçalo do Amarante obteve-se dificuldade em encontrar profissionais que respondessem à entrevista. Apenas 01 (uma) enfermeira foi capaz de responder às duas perguntas.

A primeira pergunta foi quanto a existência de orientação ou capacitação dos profissionais de saúde em relação ao descarte do lixo, cuja resposta foi:

Sim. Todos os funcionários usam EPIS. (ENFERMEIRA, 2014).

Observa-se então que a enfermeira não deixa claro se os funcionários recebem ou não capacitação.

Ao se perguntar como é realizada a separação desses resíduos foi respondido:

É usado DECAPAX para os materiais perfuro cortantes. (ENFERMEIRA, 2014).

Mais uma vez a resposta é breve e não esclarece todos os procedimentos utilizados.

Assim, ao entrevistar o profissional da saúde, foi identificada a falta de interesse pelo assunto, desde o início com a dificuldade em disponibilizar um funcionário para a entrevista, até o final com as respostas breves, que não esclarecem o suficiente e sem conhecimentos para responder outras perguntas direcionadas.

Em entrevista ao gestor da empresa que faz a coleta de lixo hospitalar no município de São Gonçalo do Amarante, AV TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA, realizada dia 27 (Vinte e sete) de abril de 2014 (dois mil e quatorze), na entrada do Aterro Sanitário do município observou-se que o entrevistado possui conhecimentos sobre os procedimentos de gestão no manejo dos resíduos dos serviços de saúde listados pela ANVISA, pois, quando se perguntou sobre o que são “Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde” este respondeu:

Essa pergunta é um pouco pessoal, mas no meu entender estes resíduos podem ser considerados como os materiais perfurocortantes, os moldes utilizados nas clínicas de ortodontia, materiais utilizados em cirurgias e resto de dejetos. A ANVISA é bem clara na fiscalização deste tipo de material, para ela uma luva de látex utilizada por um médico não é considerada como lixo hospitalar, mas um algodão utilizado em outros procedimentos não é tido também como lixo hospitalar. (GESTOR DA AV TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA, 2014).

Quando se perguntou se a separação desses resíduos ocorre de maneira adequada, o mesmo respondeu:

Sim. Na implantação desse sistema em nosso município houve um pouco de resistência, por motivo de passar muito tempo fazendo o errado demoramos um pouco a nos adequar, mas hoje em dia este material já é selecionado. (GESTOR DA AV TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA, 2014).

Observa-se que, segundo o entrevistado, as regras de separação são cumpridas há pouco tempo, muito embora não tenha ficado claro o conhecimento de todas as normas.

Ao se perguntar sobre o destino final dos resíduos dos serviços de saúde no município foi respondido:

Esse material é encaminhado para o aterro sanitário do município, e lá existem valas sépticas e nestas é feito o tratamento adequado. (GESTOR DA AV TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA, 2014).

Quando foi perguntado o que é feito para minimizar o impacto desses resíduos no meio ambiente, o entrevistado respondeu:

Como no aterro sanitário existe uma área própria para este tipo de resíduo, não existe nenhum prejuízo para o meio ambiente, pois ele é manuseado da maneira adequada, sem ofender o lençol freático. (GESTOR DA AV TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA, 2014).

Ao final da entrevista foram percebidos os cuidados dos gestores, tanto da empresa terceirizada para o transporte como do gestor do aterro com o manuseio correto do lixo, no sentido de evitar danos ao meio ambiente e aos trabalhadores, pois foi observado que os trabalhadores utilizavam equipamentos de segurança e não foi permitida a entrada do

entrevistador no aterro por não ter disponível no momento um equipamento de segurança apropriado.

5 CONCLUSÃO

Na execução desse trabalho observou-se que no Brasil existem legislações bem elaboradas direcionadas à coleta, transporte e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

Acredita-se que o objetivo dessas legislações não seja apenas controlar e diminuir os riscos de contaminação dos agentes que lidam com esses resíduos, mas também de minimizar a quantidade desses resíduos, reduzindo as inúmeras agressões visíveis ao meio ambiente.

Percebeu-se que a implantação do gerenciamento adequado dos resíduos de serviços de saúde no município é recente e que houve uma resistência na implantação do mesmo, mas que aos poucos os profissionais estão se adaptando com o novo processo.

Um gerenciamento de resíduos de saúde ineficaz ou inexistente leva a inúmeras situações de risco, tanto para os profissionais que manipulam os resíduos, como para os profissionais de saúde, da limpeza e catadores de lixo, refletindo no aumento dos índices acidentes de trabalho, infecção hospitalar e também a degradação do meio ambiente.

Acredita-se que apesar das dificuldades ainda muito presentes no que se refere ao controle e manejo de resíduos hospitalares, se os profissionais da saúde e do transporte forem capacitados adequadamente, respeitando e cumprindo as normas de manejo dos resíduos dos serviços de saúde, os inúmeros problemas de saúde e do meio ambiente poderiam ser minimizados.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC 33**, de 25 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União 2003; 5 mar. Disponível em: portal.anvisa.gov.br/ acessado em: 10 de maio de 2014

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente: **Decreto-Lei n.º 239/97 de 9 de Setembro**. Disponível em: <http://www.resol.com.br/textos/PORdecretoLei239-97.pdf> .acessado em 29/11/2013

Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução nº 005, de 05 de agosto de 1993**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acessado em 10 de maio de 2014.

Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Projeto Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (REFORSUS)**. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde/ Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Projeto Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Ministério da Saúde. **Manual de Gerenciamento de resíduos**: Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/>, acesso em 29/11/2013.

BRILHANTE, O. M.; CALDAS, L. A. **Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

DEMPSEY, C. R.; OPPELT, E. T. **Incineração de resíduos perigosos: uma revisão crítica atual**. São Paulo: CETESB/EET, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de **Metodologia da Pesquisa abordagem teórico-prática**. 2. Ed. Campinas: Papiros, 1997. União – ESMP.

SILVA, Carlos Ernando da; HOPPE, Alessandro Eduardo. **Diagnóstico dos resíduos de saúde no interior do Rio Grande do Sul**: Eng. sanit. Ambiental. Vol.10 - Nº 2 - abr-jun, 146-151: Recebido: 29/11/04 Aceito: 08/03/05.

SILVA, Solange Teles da. **Políticas públicas e estratégias de sustentabilidade urbana**. Série Grandes Eventos – Meio Ambiente. Escola Superior do Ministério Público da União

SOARES, M.C.P. **Lixo hospitalar**: estudo sobre o tratamento dado ao lixo produzido nos Centros de Saúde Municipais de Fortaleza. Fortaleza: Unifor, 1995.

Gerenciamento no Serviço de Saúde. Disponível em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/gerenciamento-residuos-servico-saude.htm. Acessado em: 04/05/2014.